



POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Data:

07/07/2026

Revisão:

Análise e Aprovação

Este documento e toda informação nele contida é de propriedade da TRAXTERRA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA e faz parte do seu Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, estando submetido aos controles internos de distribuição e divulgação. Ao mesmo deve ser mantida a confidencialidade, não sendo permitida a sua reprodução, total ou parcial, sem autorização formal.

Powered by: [CJB Sociedade de Advogados](#)

POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

TRAXTERRA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA

Versão: 2.0

Data de vigência: 07 de julho de 2027

Última atualização: 07 de julho de 2026

Encarregado de Proteção de Dados (DPO): Lair de Castro Júnior

E-mail: dpo@traxterra.com.br

POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A presente Política Pública de Proteção de Dados regula o tratamento de dados pessoais realizado pela TRAXTERRA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dezoito-B, 45, Sala 101, Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ, CEP 27.260-100, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como com as normas, resoluções, guias e orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Esta Política tem por finalidade informar, de maneira clara, objetiva e transparente, como a Traxterra realiza a coleta, o uso, o compartilhamento, o armazenamento, a retenção e a eliminação de dados pessoais, bem como indicar os direitos dos titulares e os canais para seu exercício.

1. Princípios aplicáveis

O tratamento de dados pessoais realizado pela Traxterra observará os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas, nos termos do artigo 6º da LGPD.

A empresa adota o compromisso de tratar somente os dados estritamente necessários para cada finalidade legítima, específica e informada ao titular, com controles proporcionais ao risco envolvido.

2. Bases legais de tratamento

A Traxterra poderá tratar dados pessoais quando houver base legal adequada, conforme a finalidade e a natureza da relação mantida com o titular. Entre as hipóteses aplicáveis estão a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, o cumprimento

de obrigação legal ou regulatória, o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, a proteção da vida ou da incolumidade física, a tutela da saúde, o legítimo interesse, quando cabível e devidamente avaliado, e o consentimento, quando necessário, livre, informado e específico para a finalidade declarada.

Quando o tratamento se apoiar em legítimo interesse, a Traxterra avaliará a finalidade legítima, a necessidade, a expectativa do titular e os impactos potenciais a seus direitos e liberdades fundamentais, adotando salvaguardas adequadas.

O consentimento, quando utilizado, poderá ser revogado a qualquer tempo pelo titular, sem prejuízo da licitude do tratamento realizado com base em outra hipótese legal.

3. Categorias de dados tratados

A Traxterra poderá tratar, conforme o caso e a finalidade específica, dados cadastrais, dados de contato, dados profissionais, dados contratuais, dados bancários, dados de faturamento, dados de acesso a sistemas, dados de navegação em ambientes digitais, imagens de CFTV, registros de atendimento, documentos de identificação e outros dados necessários ao relacionamento com clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores e visitantes.

A empresa não realizará tratamento de dados excessivos em relação à finalidade informada e adotará medidas para restringir o acesso apenas às pessoas autorizadas e estritamente necessárias à execução da atividade.

4. Finalidades do tratamento

Os dados pessoais poderão ser tratados para as seguintes finalidades: execução e gestão de contratos; cadastro e relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros; faturamento, cobrança e pagamentos; cumprimento de obrigações legais, fiscais, trabalhistas, regulatórias e de segurança; comunicação institucional e operacional; prevenção a fraudes, ilícitos e incidentes; exercício regular de direitos; gestão de acesso físico e lógico; segurança patrimonial; atendimento a solicitações de titulares; e outras finalidades compatíveis, devidamente informadas ao titular e amparadas por base legal.

Quando houver tratamento para finalidade diversa da originalmente informada, a Traxterra avaliará a compatibilidade da nova finalidade com a anterior e adotará, quando necessário, novo fundamento jurídico ou nova informação ao titular.

5. Compartilhamento de dados

A Traxterra poderá compartilhar dados pessoais com autoridades públicas, órgãos reguladores, instituições financeiras, prestadores de serviço, operadores contratados e parceiros comerciais, sempre que necessário para o cumprimento de obrigação legal, execução contratual, exercício regular de direitos, proteção de interesses legítimos ou outra base legal aplicável.

O compartilhamento com operadores e terceiros somente ocorrerá mediante critérios de necessidade, segurança e proporcionalidade, com instrumentos contratuais adequados que imponham obrigações de confidencialidade, proteção, limitação de finalidade, suporte a solicitações de titulares, cooperação em incidentes e descarte seguro ao final da relação.

Sempre que possível e compatível com a operação, a Traxterra adotará medidas para reduzir a exposição de dados pessoais, preferindo o compartilhamento mínimo necessário e a pseudonimização ou anonimização quando cabível.

6. Direitos dos titulares

Nos termos da LGPD, os titulares de dados pessoais poderão solicitar, observadas as hipóteses legais aplicáveis, a confirmação da existência de tratamento, o acesso aos dados, a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade, a portabilidade, a eliminação de dados tratados com base no consentimento, a informação sobre compartilhamento, a informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, e a revogação do consentimento.

A solicitação deverá ser encaminhada ao e-mail dpo@traxterra.com.br, com o assunto "EXERCÍCIO DE DIREITOS LGPD", contendo, sempre que possível, nome completo ou razão social, documento de identificação, meio de contato, direito pretendido e elementos suficientes para individualização da solicitação.

A Traxterra poderá solicitar informações adicionais para confirmar a identidade do requerente e prevenir fraudes ou acessos indevidos, preservando a segurança da operação e a proteção dos dados pessoais.

As solicitações serão analisadas e respondidas em prazo razoável, observadas a complexidade do pedido, a legislação aplicável e os prazos legais específicos eventualmente incidentes.

7. Retenção e eliminação

Os dados pessoais serão armazenados somente pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades que motivaram o tratamento e pelo período exigido por obrigações legais, regulatórias, contratuais ou para exercício regular de direitos.

Como regra geral, os dados contratuais e de relacionamento serão mantidos pelo prazo necessário à gestão contratual e à defesa de direitos; os dados fiscais, contábeis e correlatos serão retidos pelo período legal aplicável; e, encerrado o prazo pertinente, serão eliminados, anonimizados ou bloqueados, conforme a hipótese e a necessidade.

Quando o descarte não puder ser realizado de imediato em razão de obrigação legal, regulatória ou preservação de prova, a restrição de acesso e a justificativa correspondente deverão ser registradas internamente.

8. Segurança da informação

A Traxterra adota medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Essas medidas incluem, conforme a necessidade e o risco da operação, controle de acesso por perfil e necessidade, autenticação forte, gestão de credenciais, registro e monitoramento de eventos, backup periódico, criptografia em trânsito e em repouso, proteção de endpoints, atualizações de segurança, segmentação de ambientes, revisão periódica de permissões, treinamento recorrente e gestão de vulnerabilidades.

Os usuários internos devem utilizar exclusivamente os sistemas, repositórios e ferramentas corporativas autorizadas, sendo vedado o armazenamento de dados pessoais da empresa em soluções pessoais ou não homologadas.

9. Gestão de incidentes

Todo colaborador, preposto ou terceiro que identificar suspeita ou ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais deverá comunicar o fato imediatamente ao Encarregado de Proteção de Dados ou ao canal interno designado para incidentes.

Recebida a comunicação, a Traxterra adotará medidas de contenção, análise, classificação do risco, preservação de evidências, avaliação de impacto e decisão sobre eventual comunicação à ANPD e aos titulares, conforme a legislação e a regulamentação aplicável.

A comunicação à ANPD e aos titulares será realizada quando o incidente puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, observadas as exigências do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança e demais orientações vigentes da ANPD.

A Traxterra manterá registro interno dos incidentes, das medidas adotadas e das decisões tomadas, inclusive nos casos em que a comunicação externa não se revele necessária.

10. Encarregado de proteção de dados

O Encarregado de Proteção de Dados Pessoais atua com autonomia técnica e funcional para aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos, orientar os colaboradores e os contratados da Traxterra acerca das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais e executar as demais atribuições previstas na LGPD e em normativos aplicáveis.

O contato do Encarregado será disponibilizado de forma clara e acessível aos titulares e às autoridades competentes.

11. Governança e conformidade

A Traxterra manterá programa de governança em privacidade e proteção de dados compatível com sua estrutura, natureza das atividades, volume de operações e riscos envolvidos, com medidas de supervisão, revisão periódica de controles, capacitação de colaboradores, gestão de terceiros, rastreabilidade de decisões e atualização documental.

A empresa poderá realizar revisões periódicas desta Política, dos procedimentos internos e dos contratos que envolvam dados pessoais, com o objetivo de manter aderência à LGPD, às normas da ANPD e às melhores práticas de mercado.

Quando necessário, a Traxterra poderá elaborar Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, especialmente em operações de alto risco, tratamentos sensíveis ou projetos que envolvam novas tecnologias, monitoramento intensivo, grandes volumes de dados ou compartilhamento ampliado.

12. Transferência internacional de dados

Caso haja transferência internacional de dados pessoais, a Traxterra somente a realizará nas hipóteses permitidas pela LGPD e pela regulamentação vigente, adotando salvaguardas contratuais, técnicas e organizacionais adequadas, com avaliação do contexto da transferência e do nível de proteção ofertado pelo destinatário

13. Dados sensíveis e dados de crianças e adolescentes

O tratamento de dados sensíveis observará as hipóteses legais específicas previstas na LGPD e será realizado com medidas reforçadas de segurança, limitação de acesso e necessidade estrita.

Quando houver tratamento de dados de crianças e adolescentes, a Traxterra observará o melhor interesse da criança e do adolescente e, quando aplicável, os requisitos legais específicos, inclusive quanto à necessidade de consentimento e transparência reforçada.

14. Canais de contato

Dúvidas, solicitações de titulares, comunicações sobre incidentes ou demais questões relacionadas à proteção de dados pessoais deverão ser encaminhadas ao Encarregado de Proteção de Dados pelo e-mail dpo@traxterra.com.br.

15. Disposições finais

Esta Política entra em vigor na data indicada acima e poderá ser atualizada a qualquer tempo para refletir alterações legais, regulatórias, operacionais ou tecnológicas.

A versão vigente desta Política será mantida em meio acessível aos titulares, e a continuidade do uso dos serviços da Traxterra não afasta o dever da empresa de observar a legislação aplicável e de tratar dados pessoais com base legal adequada e transparência.

Se alguma disposição desta Política for considerada inválida ou inexecutável, as demais permanecerão em pleno vigor e efeito.